

**DIREITO DO TRABALHO**

51) Com relação às férias, é **incorreto** dizer que:

- a) na modalidade do regime parcial, após cada período de doze meses, o empregado terá direito a férias, fixada sua duração de acordo com o número de horas trabalhadas por semana;
- b) na modalidade de regime normal, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, reduzida sua duração de acordo com o número de faltas ao serviço;
- c) durante as férias o empregado poderá prestar serviços a outro empregador, se estiver obrigado a fazê-lo mediante contrato de trabalho mantido com aquele;
- d) para os embarcações, as férias serão concedidas parceladamente, nos portos de grande estadia do navio, assim considerada a permanência no porto por prazo excedente a 10 (dez) dias;
- e) aos empregados com mais de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

52) Assinale a alternativa **correta** a respeito do contrato de trabalho do vendedor viajante ou praticista:

- a) só será válido o contrato se o empregado for cadastrado no registro do órgão de classe, além do pagamento da anuidade de inscrição;
- b) o vendedor viajante não poderá permanecer em viagem por tempo superior a seis meses consecutivos. Em seguida a cada viagem haverá um intervalo para descanso, calculada na base de 3 (três) dias por mês de viagem realizada, não podendo, porém, ultrapassar a 15 (quinze) dias;
- c) quando for prestado serviço de inspeção e fiscalização pelo empregado vendedor, ficará a empresa vendedora obrigada ao pagamento adicional de 5% (cinco por cento) da remuneração atribuída ao mesmo;
- d) a zona de trabalho do empregado vendedor só poderá ser ampliada ou restringida mediante acordo coletivo de trabalho, demonstrada a existência de motivo de força maior ou pedido expresso do empregado;
- e) tratando-se de transação a ser concluída com comerciante ou empresa estabelecida noutro Estado ou no estrangeiro, o prazo para aceitação ou recusa da proposta de venda será de 30 (trinta) dias.

53) Ao trabalho feminino, aplicam-se as normas

53) Ao trabalho feminino, aplicam-se as normas específicas que se referem à mulher, como normas especialíssimas, e as do trabalho masculino, quando com aquelas não colidirem. Em razão disso, assinale a resposta **incorreta**:

- a) é vedado impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;
- b) toda empresa é obrigada a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;
- c) as vagas dos cursos de formação de mão-de-obra, ministrados pelos empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante por eles contratados, serão reservadas em 50% (cinquenta por cento) para as mulheres;
- d) a pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher;
- e) é garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, a dispensa do trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 6 (seis) consultas médicas e demais exames complementares.

54) A Recomendação nº 117 da Organização Internacional do Trabalho, de 1962, expõe que “ a formação não é um fim em si mesma, senão meio de desenvolver as aptidões profissionais de uma pessoa, levando em consideração as possibilidades de emprego e visando ainda a permitir-lhe fazer uso de suas potencialidades como melhor convenha a seus interesses e aos da comunidade.” Assim, com relação ao trabalho do menor e a aprendizagem, é **correto** afirmar:

- a) é facultado aos responsáveis legais de menores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, quando a situação familiar for suficiente para mantê-los;
- b) o Juiz da Infância e Juventude poderá autorizar ao menor o trabalho em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés e na venda, a varejo, bebidas alcoólicas, desde que se certifique ser a ocupação indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos;

- c) o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação;
- d) o contrato de aprendizagem terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual ou inferior período, a fim de possibilitar o término de curso profissionalizante;
- e) podem fornecer cursos de aprendizagem, de forma concorrente, as escolas técnicas de educação, as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e os serviços nacionais de aprendizagem.

55) O *caput* do art. 7º da Lei Maior estatui: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social...” Este dispositivo consagra um princípio cardeal no Direito do Trabalho, assegurando um mínimo de garantias sociais para o empregado, passível de tratamento mais benéfico pela vontade das partes ou outra fonte do Direito. Trata-se de qual princípio?

- a) Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas;
- b) Princípio da proteção;
- c) Princípio da irredutibilidade salarial;
- d) Princípio do *in dubio pro operario*;
- e) Princípio da isonomia.

56) Diz-se, em relação ao empregado, que o contrato de trabalho é concluído *intuitu personae*. Analise as proposições abaixo, assinalando a resposta **correta**:

I - A pessoalidade é uma das notas típicas da relação de emprego;

II - O pacto de trabalho origina para o empregado uma obrigação de fazer que não é fungível;

III - A obrigação de prestar o serviço é personalíssima e, portanto, intransmissível;

IV - A morte do empregado dissolve, *ipso facto*, o contrato;

V - O empregado não pode fazer-se substituir na empresa em que trabalha - salvo se o empregador consente.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- d) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- e) apenas a alternativa II está incorreta.

57) Cosme e Damião eram empregados da Concretur, empresa do ramo da engenharia, e membros da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; o primeiro, representante dos empregados, ocupava o cargo de diretor, enquanto o segundo, representante do empregador, presidia a respectiva comissão. Ambos foram surpreendidos com a comunicação de dispensa, sem justo motivo, no curso de seus mandatos. Propuseram ação trabalhista reivindicando a reintegração no emprego. À luz do art. 10, II, “a” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, escolha a alternativa **correta** para decidir a questão:

- a) ambos fazem jus à estabilidade provisória pela condição de cipeiros;
- b) inexistente qualquer estabilidade no caso em tela;
- c) apenas Cosme faz jus à estabilidade provisória;
- d) apenas Damião faz jus à estabilidade provisória;
- e) a concessão da estabilidade provisória dependerá do motivo ensejador da rescisão contratual.

58) Em relação à jornada de trabalho do aeronauta (Lei nº 7.183/84), analise as proposições abaixo e, a seguir, escolha a alternativa **correta**:

I - A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de onze horas, se integrante de uma tripulação composta;

II - A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de vinte horas, se integrante de uma tripulação de revezamento;

III - Haverá repouso de vinte e quatro horas, após jornada de mais de quinze horas;

IV - A folga deverá ocorrer, no máximo, após o sexto período consecutivo de até vinte e quatro horas à disposição do empregador;

V - A jornada será considerada encerrada trinta minutos após a parada final dos motores.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas a alternativa I está incorreta;
- d) apenas a alternativa V está incorreta;
- e) apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

59) Determinada empresa de reflorestamento, cuja atividade é preponderantemente rural, pretende contratar um empregado para exercer a função de motorista. À luz da jurisprudência do TST, este empregado:

- 0. não pode ser considerado trabalhador rural, vez que os motoristas integram categoria diferenciada, cujas convenções coletivas estabelecem direitos e vantagens específicas, considerando o desgaste na condução do veículo;
- a) é trabalhador rural, porque trabalha no âmbito da empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades;
- b) é trabalhador doméstico;
- c) poderá ser considerado trabalhador rural ou urbano, dependendo da norma mais favorável;
- d) somente poderá ser contratado como trabalhador urbano, em razão de sua atividade profissional específica.

60) Marque a opção **correta** relativa às características do contrato de trabalho:

- a) bilateral, consensual, oneroso, da classe dos comutativos e de trato sucessivo;
- b) bilateral, gratuito, sinalagmático, real e de trato sucessivo;
- c) unilateral, comutativo, oneroso e de trato sucessivo;
- d) bilateral, solene, consensual, oneroso, sinalagmático e de trato sucessivo;
- e) bilateral, tácito, oneroso, solene e de trato sucessivo;

61) Ulisses iniciou sua atividade laborativa em uma indústria, no ano de 1980. Dois anos após, foi promovido a assessor, percebendo gratificação de função correspondente ao dobro do salário original. Em 1994, foi destituído da função de confiança, com reversão ao cargo anterior e supressão da gratificação. Com base no entendimento jurisprudencial do TST, assinale a alternativa **correta**:

- a) é válida a determinação do empregador no que concerne à reversão e perda da gratificação, haja vista a alteração da função e o poder potestativo patronal;
- b) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo anterior incorporando a gratificação recebida, a razão de 1/12 por ano de comissionamento;

- c) em nenhuma hipótese Ulisses poderia deixar de exercer a função de assessor, haja vista o direito adquirido;
- d) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo efetivo, desde que mantivesse a gratificação percebida;
- e) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo efetivo incorporando a gratificação dos últimos doze meses.

## DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

62) Analise as proposições abaixo e assinale, a seguir, a resposta correta com relação às Convenções e os Acordos Coletivos:

I - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho;

II - os Acordos Coletivos de Trabalho só poderão ser celebrados pelos Sindicatos por deliberação de Assembléia especialmente convocada para esse fim, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos interessados, e em segunda, 1/3 (um terço) dos membros;

III - os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixadas;

IV - as empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos empregados, sempre por intermédio das respectivas Federações;

V - as modificações introduzidas em Convenção ou Acordo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas, passarão a vigorar cinco dias após a publicação no Diário Oficial local.

- a) as proposições I e V estão corretas;
- b) as proposições I e IV estão corretas;
- c) as proposições II e III estão erradas;
- d) as proposições I e III estão corretas;
- e) as proposições II e V estão erradas.

63) A respeito das garantias sindicais, é **correto** dizer que:

- a) todos os membros da comissão de estudos de prerrogativas do sindicato detêm garantia de emprego pelo prazo de até um ano após o término do mandato;

- b) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, ainda que suplente, até um ano após, salvo se cometer falta grave nos termos da lei;
- c) o dirigente sindical tem direito ao afastamento do serviço, a título de licença remunerada, pelo tempo em que se ausentar do trabalho para o desempenho de suas funções junto ao órgão de classe;
- d) havendo menos de cinco filiais da mesma rede empresarial na base territorial, só poderão se afastar do trabalho, de forma concomitante, dois dos empregados de cada filial, eleitos para compor a direção do sindicato;
- e) para fins de garantia de emprego, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido.

64) Em princípio, a greve não pode ser deflagrada durante a vigência de convenção ou acordo coletivo e de sentença normativa, **exceto**:

I – A paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento da cláusula ou condição;

II - A paralisação seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho;

III - Quando autorizada pelo Ministério Público do Trabalho, atuando como órgão agente;

IV - A paralisação envolva trabalhadores que prestem serviços ou atividades essenciais;

V - Em nenhuma hipótese a greve poderá ser deflagrada na vigência de convenção ou acordo coletivo e sentença normativa.

Marque a alternativa **correta**:

- a) todas as proposições são verdadeiras;  
 b) apenas as proposições II e V são falsas;  
 c) apenas a proposição V é verdadeira;  
 d) apenas as proposições I e II são verdadeiras;  
 e) apenas as proposições III e IV são falsas.

#### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

65) Sobre a exceção de pré-executividade, esse meio excepcional de defesa, pode-se afirmar:

I - Constitui uma possibilidade conferida ao devedor para que este, antes mesmo de ver seus bens constrictos, ingresse no processo de execução com o

objetivo específico de demonstrar a inexigibilidade do título executivo;

II - Na exceção de pré-executividade não há garantia do juízo;

III - Deve ser apresentada após a citação do devedor e antes da penhora;

IV - Suspende o prazo para oferecimento dos bens à penhora pelo devedor ou a indicação dos bens penhoráveis pelo credor;

V - A decisão judicial que acolhe a exceção de pré-executividade, extinguindo, total ou parcialmente, a execução desafia a interposição do agravo de petição.

Analise as proposições supracitadas e assinale a alternativa **correta**:

- a) todas as alternativas estão incorretas;  
 b) todas as alternativas estão corretas;  
 c) apenas a alternativa II está incorreta;  
 d) apenas as alternativas I, II e III estão corretas;  
 e) apenas a alternativa IV está incorreta.

66) No mês de dezembro de 2003, Guilherme, Marcelo e Ricardo, contratados em Teresópolis para trabalhar no Rio de Janeiro, foram dispensados injustamente e nada receberam. Diante disso, propuseram ação trabalhista, contra o empregador, em rito ordinário, que veio a ser distribuída à 2ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Em resposta à ação, o réu ofereceu exceção de incompetência, dizendo que, para apreciar o dissídio coletivo, a competência seria do foro do local da contratação. O Juiz suspendeu o processo e assinou o prazo de 24 horas para que os autores se manifestassem. Assinale a resposta **incorreta**:

- a) tratava-se de dissídio individual plúrimo;  
 b) a competência seria da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro;  
 c) era cabível a suspensão do processo pelo prazo de 10 (dez) dias para manifestação dos exceptos;  
 d) havendo necessidade da produção de prova testemunhal, o Juiz designaria audiência de instrução e julgamento;  
 e) da decisão a ser proferida quanto à exceção não caberia recurso imediato.

67) O Ministério Público do Trabalho propôs ação civil pública contra determinado município, pretendendo a declaração de nulidade dos contratos de prestação de serviços por intermédio de cooperativas e a realização, imediata, de concurso público para admissão de empregados. Os fatos eram incontroversos. A instrução foi encerrada e, a seguir, observados os trâmites legais, foi proferida a sentença. O pedido foi julgado procedente e, na sentença, o Juiz assinou um prazo de seis meses para o seu cumprimento, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além do pagamento da indenização de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a título de reparação por dano moral coletivo, como pretendido. O município não recorreu, mas impetrou mandado de segurança, arguindo a nulidade da sentença, em razão da falta de legitimidade do Ministério Público do Trabalho e por ter sido cominado pagamento de multa que não fora objeto do pedido.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - O Ministério Público era parte legítima por se tratar de defesa de direitos difusos, atingindo toda a sociedade, na medida em que não obedecido o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, ao deixar o município de promover concurso público para a admissão de empregados, utilizando-se indevidamente de cooperativas;

II - A cominação de multa para cumprimento das obrigações de fazer decorre de texto de lei e independe de pedido da parte, ainda que esteja em juízo órgão da Administração Pública direta ou indireta;

III - A falta de recurso específico do Município fez operar o trânsito em julgado da sentença, eis que a impetração de mandado de segurança não substitui o recurso adequado, e tampouco, interrompe o prazo recursal;

IV - Para ser vitorioso, o Município deveria ter alegado no mandado de segurança a subversão da ordem processual, por não ter sido assegurado o direito a produção de provas;

V - O mandado de segurança deveria ter questionado apenas os elevados valores arbitrados, já que se trata de entidade de direito público, subordinada às regras administrativas de previsão orçamentária;

- a) os itens I, II e III estão totalmente corretos;
- b) os itens II, III e IV estão totalmente corretos;
- c) os itens I e V estão totalmente errados;
- d) os itens I e II estão totalmente corretos;
- e) os itens IV e V estão totalmente corretos.

68) Leonardo, auxiliar de escritório, propôs ação trabalhista pretendendo somente a condenação da Serraria Pica-Pau no pagamento de adicional insalubridade e dos reflexos daí decorrentes nos consectários do contrato de trabalho. A ré não compareceu à audiência, deixando de oferecer resposta à ação. O Juiz, ainda, assim, determinou a produção da prova pericial. Leonardo não se conforma com a atitude do Juiz.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - A Serraria Pica-Pau tornou-se revel, sofrendo os efeitos da confissão, o que afastou a necessidade da produção de qualquer prova;

II - A Serraria Pica-Pau tornou-se revel, mas não sofreu os efeitos da confissão, por se tratar de matéria técnica, que, por força de lei, depende da produção de prova pericial;

III - A Serraria Pica-Pau apesar de revel, poderia intervir no feito, inclusive para oferecer quesitos para a prova pericial;

IV - A Serraria Pica-Pau apesar de revel, poderia intervir no feito, inclusive para oferecer contestação e quesitos para a prova pericial;

V - Leonardo deveria interpor agravo de instrumento contra a decisão interlocutória do Juiz, quando da determinação da produção da prova pericial;

VI - Leonardo deveria oferecer reclamação correicional, insurgindo-se contra a determinação da produção da prova pericial, eis que o ato subverte a boa ordem processual.

- a) os itens I, II e III estão errados;
- b) os itens IV, V e VI estão errados;
- c) os itens I, III e V estão corretos;
- d) os itens II e III estão corretos;
- e) os itens II e IV estão corretos.

69) Luiz Otávio propôs reclamação trabalhista contra a empresa Telecê S.A., pretendendo o pagamento da parcela relativa à participação na arrecadação do empregador, prevista na Lei nº 19.022/95. Luiz Otávio foi vitorioso em sua pretensão. A empresa, não se conformando, interpôs recurso ordinário, mas a sentença foi confirmada, transitando em julgado em 22.07.2000. Em outubro de 2001, Luiz Otávio promoveu a liquidação da sentença, resultando no crédito líquido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A Lei nº 19.022/95 veio a ser declarada inconstitucional pelo STF em agosto de 2001. Depois de vários incidentes, em novembro de 2002 foi penhorado um imóvel da empresa, que opôs embargos à penhora e, em face do não acolhimento dos mesmos, interpôs recurso, recebido sem efeito suspensivo. Em dezembro de 2002, a empresa ajuizou ação rescisória.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - Da decisão que julga embargos à penhora no processo do trabalho é cabível o recurso de agravo de petição, que só seria admitido com efeito suspensivo se delimitados, justificadamente, os valores e a matéria;

II - Da decisão que julga embargos à penhora no processo do trabalho é cabível o recurso de agravo de petição, que, no caso, seria admitido se apenas delimitada a matéria, eis que a sentença exequenda era líquida, e sem efeito suspensivo;

III - A ação rescisória poderia ser proposta por afronta ao disposto no inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal e, mediante requerimento de antecipação de tutela, pedir a suspensão da execução;

IV - Não seria cabível a ação rescisória, por já operada a decadência e, também, seria desnecessário o requerimento de antecipação de tutela, para pedir a suspensão da execução, já que o agravo de petição poderia ser recebido com efeito suspensivo;

V - Para pretender a suspensão da execução, a executada poderia propor ação cautelar, incidental à ação rescisória, com as provas documentais necessárias à aferição da plausibilidade de êxito na rescisão do julgado.

- a) os itens II e III estão corretos;
- b) os itens IV e V estão errados;
- c) os itens I e V estão corretos;
- d) os itens II e V estão errados;
- e) os itens II e IV estão errados.

70) Jorge ingressa com reclamação trabalhista contra Sal do Mar S. A., pretendendo pagamento de salários retidos de junho de 2006, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), horas extraordinárias, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e 13º salário proporcional, na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais). A empresa nega o trabalho extraordinário e alega a existência de adiantamento superior aos salários retidos pretendidos e de justa causa para a dispensa de Jorge, o que tornou indevido o 13º salário proporcional. A defesa veio acompanhada dos cartões de ponto e dos recibos de pagamento, demonstrando a inexistência de horas extraordinárias a pagar. Nenhuma outra prova foi produzida. Encerrada a instrução, as partes celebraram acordo na importância de R\$ 900,00 (novecentos reais), declarando que os valores estavam sendo pagos a título de indenização. Notificado, o INSS ingressou no processo, dizendo que o acordo não era válido, sendo devidas as contribuições previdenciárias.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - Cabia ao INSS interpor recurso ordinário da homologação do acordo, já que a decisão não era irrecorrível com relação à Autarquia, mas o recurso deveria ser interposto no prazo de 10 (dez) dias;

II - Cabia ao INSS oferecer cálculos dos valores devidos pelas contribuições previdenciárias, já que a decisão não era irrecorrível com relação à Autarquia e estava evidente que a indenização paga representava exatamente os valores relativos aos salários retidos e ao 13º salário proporcional;

III - Cabia ao INSS interpor recurso ordinário da homologação do acordo, já que a decisão não é irrecorrível com relação à Autarquia, mas o recurso deveria ser interposto no prazo de 16 (dezesesseis) dias;

IV - Cabia ao INSS demonstrar o equívoco e exigir a inclusão do processo em pauta, para que as partes fossem ouvidas, já que a decisão que homologou o acordo não é irrecorrível;

V - Cabia ao INSS, nas razões de recurso, demonstrar o equívoco do enquadramento como parcela indenizatória, já que correspondia exatamente à soma dos valores devidos a título de salários retidos e de 13º salário proporcional.

- a) os itens II e III estão corretos;
- b) os itens IV e V estão errados;
- c) os itens I e V estão corretos;
- d) os itens III e V estão errados;
- e) os itens II e IV estão errados.

71) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - No sistema da persuasão racional, o juiz tem liberdade no exame das provas, devendo a conclusão ligar-se logicamente à apreciação jurídica daquilo que restou demonstrado nos autos;

II - Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos, no processo como incontroversos, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;

III - A inversão do ônus da prova aplica-se somente às relações de consumo de natureza civil, e não às de natureza penal, para as quais vigora a presunção de inocência do réu;

IV - Não são admitidas em juízo as provas obtidas por meios ilegais, exceto quando destinadas a provar fatos constitutivos do direito do autor;

V - O direito, ordinariamente não se prova, pois *jura novit curia*. Mas, quando a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, poderá o juiz exigir-lhe a respectiva prova.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) somente a proposição IV está incorreta;
- b) somente as proposições IV e V estão incorretas;
- c) todas as proposições estão corretas;
- d) somente as proposições I e II estão corretas;
- e) as proposições III e V estão incorretas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

72) “Visto pelo aspecto institucional, *processo* é um sistema de técnicas instaladas no plano do direito, coordenadas por uma ciência específica e destinadas a pacificar pessoas ou grupos de pessoas envolvidas em conflitos jurídicos (conflitos que comportam solução segundo regras de direito). Nessa primeira acepção, o vocábulo *processo* designa o próprio ramo do direito que é o processual [...]”

Em seu segundo significado e segundo a dogmática jurídica, *processo* é um método de trabalho referente ao exercício da jurisdição pelo juiz e dos poderes inerentes à *ação* e *defesa*, pelos sujeitos envolvidos no conflito. Esse método é definido pelos princípios e pelo direito positivo (ou seja pelo direito processual civil), dos quais resulta um *modelo* imposto aos litigantes - de modo que, em cada caso concreto de conflito, as diretrizes exigidas pela Constituição e definidas pela lei devem necessariamente estar presentes e ser observadas. O modelo delineado pela Constituição e leis de cada país, em cada momento de sua história, é o seu *processo*.

Em sua terceira acepção, o vocábulo *processo* designa a realidade fenomenológica da experiência dos juízes e das partes em relação a cada um dos incontáveis conflitos entre pessoas ou grupos, concretamente trazidos ao Estado-Juiz em busca de tutela jurisdicional. Cada *processo* que se instaura deve ser espelho do modelo posto de modo abstrato na Constituição e na lei, de modo que cada um deles seja em si um processo justo e equo - não se reputando tal quando se afastar do modelo.” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, 5ª edição, vol. II, Malheiros, 2005).

A partir do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - Um curso de direito processual é um curso de *processo*, ou seja, exame linear do sistema processual como um todo, em suas normas, em seus princípios, na razão de ser de cada uma das categorias jurídicas relacionadas com o acesso à justiça;

II - Entre as categorias jurídicas incluídas no estudo do direito processual estão a jurisdição, a defesa, a ação e, também, o *processo*;

III - Aos juízes, advogados e eventuais críticos cabe o trato dos processos na realidade da vida das pessoas;

IV - O direito processual, diferentemente do que ocorre com o *processo*, não guarda qualquer relação com os princípios constitucionais adotados em cada país;

V - A unidade fundamental do direito processual não admite, em nenhuma hipótese, sua divisão em ramos, pois perderia totalmente o objetivo técnico que levou a sua formação.

- a) os itens II e III estão errados;
- b) os itens IV e V estão corretos;
- c) os itens I e V estão corretos;
- d) os itens II e IV estão errados;
- e) os itens I e II estão corretos.

73) Segundo a doutrina, a contestação pode ser oferecida como forma de defesa direta e/ou indireta. Como forma indireta, o Código de Processo Civil enumera as preliminares. Assinale a ordem seqüencial **correta** de arguição das preliminares:

- a) inexistência ou nulidade da citação; incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; convenção de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;
- b) incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; inexistência ou nulidade da citação; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;
- c) incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; compromisso de arbitragem; carência da ação; inexistência ou nulidade da citação; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;
- d) inexistência ou nulidade da citação; inépcia da petição inicial; incompetência absoluta; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;
- e) inexistência ou nulidade da citação; inépcia da petição inicial; incompetência absoluta; perempção; litispendência; conexão; coisa julgada; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar.

74) No curso da instrução processual, foi determinada a inspeção judicial. A respeito desta modalidade de prova, assinale a resposta não correta.

74) No curso da instrução processual, foi determinada a inspeção judicial. A respeito desta modalidade de prova, assinale a resposta **incorreta**.

- a) independe de requerimento da parte, pois se destina a formação do convencimento do julgador;
- b) o juiz irá ao local, onde se encontre a coisa, quando esta não puder ser apresentada em juízo, sem consideráveis despesas ou graves dificuldades;
- c) pode ser realizada na forma de reconstituição dos fatos, determinada pelo juiz;
- d) independe de comunicação às partes e o resultado da inspeção deverá ser resumido na sentença;
- e) ao realizar a inspeção direta, o juiz poderá ser assistido por um ou mais peritos.

75) A respeito da prova pericial, assinale a alternativa **correta**:

- a) o Juiz não poderá indeferir quesitos formulados pelas partes, pois o ato constituiria cerceamento de defesa;
- b) os quesitos suplementares poderão ser apresentados a qualquer tempo;
- c) o Juiz poderá nomear mais de um perito no mesmo processo, dentro da mesma área de conhecimento, se o volume de documentos a examinar for excessivo;
- d) poderá ser realizada uma segunda perícia, quando o juiz entender que a matéria não está suficientemente esclarecida;
- e) se a verificação for difícil, o juiz indeferirá a produção da prova pericial

76) A respeito da tutela específica e da antecipação de tutela, na forma do Código de Processo Civil, assinale a resposta **correta**:

- a) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação, ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento;
- b) sendo relevante o fundamento da demanda e havendo fundado receio de perecimento do direito, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada, prestada caução.

- c) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela, desde que relevante o fundamento da demanda e presente a verossimilhança da alegação.
- d) o juiz poderá impor multa diária ao réu, independente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para cumprimento do preceito, observado o limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- e) a tutela antecipada não poderá ser concedida com relação a outros pedidos cumulados, quando não demonstrado o perigo da demora, ainda que se mostrem incontroversos.

77) A respeito do duplo grau de jurisdição, assinale a resposta **correta**:

- a) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, a decisão interlocutória que rejeita a preliminar de incompetência, contrariando a defesa da União, do Estado, do Distrito federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
- b) é obrigatória a remessa dos autos ao Tribunal para reexame em duplo grau de jurisdição todas as vezes que proferida sentença contra a União, o Estado, o Distrito Federal, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
- c) é obrigatória a remessa dos autos ao Tribunal para reexame em duplo grau de jurisdição todas as vezes que proferida sentença julgando procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública;
- d) nos casos de decisão contrária aos interesses da União, do Estado, do Distrito federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, desde que o interessado requeira, o juiz determinará a remessa dos autos ao Tribunal, ainda que a decisão esteja fundada em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente;
- e) não haverá remessa dos autos ao Tribunal para reexame necessário em duplo grau de jurisdição sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução da dívida ativa do mesmo valor.

78) A respeito do que pode ocorrer imediatamente depois de proferida a sentença, assinale a resposta **incorreta**:

- a) servirá a sentença como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prevista na Lei de Registros Públicos;
- b) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, pendente de arresto de bens do devedor;
- c) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, ainda quando o credor possa promover execução provisória da sentença;
- d) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, desde que seja certa e líquida, a fim de permitir o arresto de bens do devedor;
- e) a sentença pode ser corrigida pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, com relação às inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo.

79) Com relação ao arresto, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a resposta **correta**:

- a) é cabível quando o devedor, que possui bem de raiz, tenta transferi-lo para terceiro ou dá-lo em anticrese, ficando apenas com o imóvel residencial, impenhorável;
- b) é cabível quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados equivalentes às dívidas;
- c) é cabível quando o devedor, tendo domicílio certo, substitui o local de residência e aliena os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado;
- d) é cabível quando o devedor, não tendo domicílio certo, deixa transparecer, furtivamente, que irá se retirar da localidade, não deixando bens;
- e) é cabível quando o devedor põe ou tenta por os seus bens em risco de perda, com o objetivo de frustrar a execução ou lesar os credores.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

80) Osama bin Laden solicitou, formalmente, asilo político ao Brasil, dizendo-se perseguido. O Governo Brasileiro, tendo em vista as informações internacionais de que se tratava de terrorista, negou o pedido. Estava o Governo Brasileiro obrigado a conceder o asilo político? Diante do enunciado do problema, assinale a resposta **correta**:

- a) o Brasil não estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, em face do princípio da não-intervenção nas questões dos Estados estrangeiros;

- b) o Brasil deveria ter concedido asilo, eis que os atos praticados foram meramente políticos;
- c) o Brasil deveria ter concedido asilo, já que os atos alegadamente praticados pelo Sr. Osama bin Laden destinavam-se ao direito de seu grupo residente no deserto;
- d) o Brasil não estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, em face do princípio constitucional de repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- e) o Brasil estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, pois todos os atos por ele praticados, segundo as informações internacionais, destinavam-se à defesa da paz.

81) O Poder Executivo comunicou ao Congresso Nacional que, por desavenças, o Brasil estaria se retirando do MERCOSUL, para integrar exclusivamente a ALCA. O Congresso Nacional promoveu uma moção de repúdio à proposta e negou autorização para o procedimento. Assinale a resposta **correta**:

- a) o ato praticado pelo Congresso foi meramente político, pois competia ao Poder Executivo estabelecer a condução da política externa do país;
- b) o ato praticado pelo Congresso estava correto, pois um dos princípios das relações internacionais do Brasil diz respeito à integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações;
- c) o ato praticado pelo Congresso não estava correto, pois um dos princípios das relações internacionais do Brasil diz respeito à integração econômica, política, social e cultural dos povos das Américas, pouco importando a origem latina;
- d) o ato praticado pelo Congresso foi político, pois competia ao Poder Executivo estabelecer a condução da política externa do país, que poderia propor a convocação de assembléia extraordinária para deliberação a respeito;
- e) o ato praticado pelo Congresso foi correto, presumindo-se que, com base em parecer técnico, a melhor opção, naquele momento, era aderir à ALCA, ainda que o MERCOSUL pudesse prosseguir sem o Brasil.

82) As constituições modernas demonstram a preocupação dos Estados com a integridade da família, na pessoa de cada um dos seus integrantes, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Diante disso, nos termos da Constituição Federal da República do Brasil, a respeito de seu Capítulo VII é **correto** dizer que:

- a) o casamento é civil e gratuita sua cerimônia, não sendo admitido casamento religioso;
- b) para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre os integrantes da sociedade, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento, independentemente de sua origem;
- c) fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar será incentivado pelo Estado, que propiciará recursos educacionais e científicos para o convencimento da população, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas;
- d) a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;
- e) os programas de amparo aos idosos serão executados de forma coletiva, sendo garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta anos.

83) A preocupação moderna com a importância da proteção do meio ambiente, levou diversos países a criar mecanismos de proteção ao sistema de equilíbrio ecológico. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a situação não foi diferente, pois, como acentuou José Afonso da Silva “a questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional” (*Direito ambiental constitucional*, 2ª ed. São Paulo, Malheiros, 1995, p. 25-6). Em face disso, segundo a Constituição Federal da República do Brasil, é **incorreto** dizer:

- a) compete a toda a sociedade proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;
- b) incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- c) o controle da produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente é incumbência do poder público;
- d) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

- e) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

84) Com relação ao controle da constitucionalidade, é **incorreto** afirmar que:

- a) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de âmbito nacional;
- b) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal;
- c) a ação declaratória de constitucionalidade, tratando de matéria fazendária, só poderá ser proposta pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República e pelos Governadores de Estado e do Distrito Federal;
- d) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;
- e) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

85) No direito administrativo, regra geral, produzem efeitos *ex nunc*, os atos:

- a) nulos;
- b) revogados;
- c) anulados;
- d) inexistentes.
- e) nenhuma das respostas anteriores.

86) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – Os atos discricionários, se forem motivados, ficam vinculados a esses motivos como causa determinante de seu cometimento e se sujeitam ao confronto da existência e legitimidade dos motivos indicados. Trata-se da aplicação da teoria dos motivos determinantes;

II – O ato ilegal pode ser anulado, tanto pela Administração como pelo Judiciário;

III – Nos atos punitivos de atuação interna, em relação à disciplina de seus servidores, segundo o regime jurídico a que estão sujeitos, o Poder Público age com larga margem discricionária, quer quanto aos meios de apuração das infrações, quer quanto à escolha da penalidade e à graduação da pena, desde que conceda ao interessado a possibilidade de defesa;

IV – São atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade;

V - A estabilidade é um atributo pessoal do servidor. Daí decorre que a estabilidade não é no cargo, mas no serviço público.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) apenas a proposição V está incorreta;
- d) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- e) apenas as proposições I e II estão corretas

#### DIREITO PENAL

87) Danilo, gerente de loja, sob ameaça de violência física, é compelido por seus subordinados a fechar o estabelecimento antes do término da jornada, a fim de se manifestarem, juntamente com outros colegas, na via pública, por aumento de salário. Ressalte-se que a greve não fora deflagrada.

A hipótese configura:

- a) contravenção;
- b) atentado contra a liberdade de trabalho;
- c) boicote violento;
- d) fato atípico;
- e) extorsão indireta.

88) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - Comete crime de apropriação indébita previdenciária, aquele patrão que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional;

II - Nos crimes culposos não se admite a tentativa;

III - O desconhecimento da lei é circunstância atenuante.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas a alternativa I está correta;
- d) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e II estão corretas.

#### DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

89) Em relação à Organização Internacional do Trabalho - OIT, analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da OIT, responsável pela regulamentação internacional do trabalho;

II - A Convenção 87 da OIT tem por objetivo estimular o livre exercício da associação sindical promovendo a independência dos sindicatos. Ainda não foi ratificada pelo Brasil;

III - As normas elaborados pela OIT, consubstanciadas nas recomendações e convenções, acabam por se transformar num Código Internacional de Trabalho, à medida que forem ratificadas as convenções e as recomendações transformadas em lei;

IV – As convenções não correspondem a leis supranacionais, porque por si só não possuem eficácia jurídica no direito interno dos Estados-membros da OIT.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) apenas três proposições estão corretas;
- d) apenas duas proposições estão incorretas;
- e) apenas uma proposição está correta.

90) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

- a) às leis complementares;
- b) às emendas constitucionais;
- c) às leis ordinárias;
- d) às portarias;
- e) às normas coletivas.

91) À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, em havendo conflito de leis trabalhistas no espaço, aplicar-se-ão:

- a) as leis vigentes do local da contratação;
- b) as leis vigentes no país da prestação de serviço;
- c) a legislação escolhida pelo empregador, em razão do *jus variandi*;
- d) as regras da Convenção 87 da OIT;
- e) as regras do “dumping social”.

**DIREITO CIVIL**

92) Analise a questão proposta, à luz do art. 110 do Código Civil e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

Roberta odeia animais, principalmente, o gato de estimação de seu filho; certo dia, o bicho foge. Intimamente, ela torce para jamais recuperar o gato, mas publica anúncio no jornal do bairro, prometendo um prêmio de recompensa para quem devolver o animal. Ela confidencia a seu vizinho que anunciara o prêmio apenas por desengano de consciência, já que, na verdade, não deseja reaver o animal. Dias depois, o vizinho encontra o gato e exige de Roberta a recompensa prometida.

- a) Roberta deve pagar a recompensa ao vizinho, porque consumado o negócio jurídico;
- b) o vizinho sabia da reserva mental de Roberta e a promessa de recompensa não precisará ser paga;
- c) o ato é nulo e não produzirá efeitos;
- d) inexistente negócio jurídico capaz de garantir a indenização;
- e) o negócio é inválido, porque inobservada forma essencial.

93) O conceito de “*nemo potest venire contra factum proprium*” (a proibição de comportamento contraditório) nos negócios jurídicos, visando evitar que uma parte do contrato adote um ato em contradição com conduta anterior, e acabe por confundir a outra, obtendo, com isso, alguma vantagem, tem sua essência no princípio:

- a) Princípio da autonomia da vontade;
- b) Princípio do contraditório;
- c) Princípio do consensualismo;
- d) Princípio da boa-fé objetiva;
- e) Princípio da culpa subjetiva.

94) O prazo para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de:

- a) decadencial, de 2 anos;
- b) prescricional, de 5 anos;
- c) decadencial, de 4 anos;
- d) prescricional, de 2 anos;
- e) decadencial, de 3 anos.

95) Em relação à sociedade cooperativa, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) apresenta indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade;
- b) tem por característica a variabilidade ou dispensa do capital social;
- c) cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- d) o *quorum* para a assembléia geral funcionar e deliberar é fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- e) tem, por força legal, a natureza de sociedade empresária.

**DIREITO COMERCIAL**

96) Sobre a “*Disregard Doctrine*”, analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, também denominada “*disregard of legal entity*”, começou a vigorar no Código Civil de 1916, e estabelecia que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros;

II – O primeiro diploma legal brasileiro a acolher essa teoria foi o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90);

III – O atual Código Civil estabelece que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o julgador pode estender os efeitos de determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

IV – A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;

- a) todas as proposições estão incorretas;
- b) todas as proposições estão corretas;
- c) apenas a proposição I está incorreta;
- d) apenas as proposições II e IV estão corretas;
- e) apenas as proposições II e III estão corretas.

97) Em relação à nova lei de falência (Lei 11.101/2005), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o empresário devedor não pode requerer sua autofalência;
- b) os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa;
- c) tem-se por termo legal da falência o período anterior à sentença de falência dentro do qual a lei pressupõe que o devedor já estaria em estado de insolvência, gerando uma presunção absoluta, e, logo, não suscetível de ser afastada por prova em sentido contrário;
- d) o regime falimentar está assentado em dois princípios processuais: o da universalidade e o da unidade do juízo da falência;
- e) um dos importantes efeitos da falência é o vencimento antecipado de todos os créditos havidos contra o falido.

#### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

98) **Não** é considerado benefício previdenciário:

- a) salário-família;
- b) salário-maternidade;
- c) auxílio-reclusão;
- d) auxílio-acidente;
- e) seguro-desemprego.

99) Em relação à aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa **correta**:

- a) Não pode ser concedida a segurado que esteja em gozo de auxílio-doença;
- b) Se a invalidez do segurado decorre de doença ou lesão preexistentes à filiação, o benefício não será concedido;
- c) Pode ser concedida sem perícia médica, bastando atestado de médico particular;
- d) O aposentado por invalidez não pode recuperar sua capacidade laborativa;
- e) A renda mensal deste benefício é equivalente a 91% do salário benefício.

91)

100) Admite-se, para fins de prestações previdenciárias, como reconhecimento do tempo de serviço, a existência de vínculo empregatício entre o filho que contrata a própria mãe como empregada doméstica? Assinale a resposta **correta**:

- a) não, porque, em direito, a fraude é sempre presumida;
- b) não, porque o direito a prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos;
- c) sim, mas o reconhecimento do vínculo de natureza trabalhista não produz efeitos na esfera previdenciária;
- d) não, porque há óbice legal que impede o vínculo empregatício entre mãe e filho;
- e) sim, pois inexistente proibição legal. Em ocorrendo contrato de trabalho doméstico entre mãe e filho, é ela segurada obrigatória para todos os efeitos legais.